

Campanha Nacional: movimento sindical cobra aumento real, diante do alto nível de lucratividade dos bancos

Nesta quinta-feira (30), o Comando Nacional das Bancárias e dos Bancários apresentou à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) as reivindicações específicas sobre as cláusulas econômicas, ou seja, por aumento real nos salários, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), vales refeição e alimentação, entre outros itens relacionados à remuneração.

A Consulta Nacional deste ano, registrou que o aumento real nos salários é prioridade para 93% da categoria, seguido do aumento da PLR, com 63%, e do reajuste maior no vale-refeição (VR) e vale-alimentação (VA), com 51%.

Após ouvir os dados apresentados pela representação dos bancários e as reivindicações sobre as cláusulas econômicas, a Fenaban informou que irá analisar as propostas apresentadas pelo Comando Nacional dos Bancários e apresentar um retorno nas próximas rodadas de negociação.

Na parte final da mesa de negociação desta quinta, a Fenaban apresentou retorno sobre as reivindicações de saúde e condições de trabalho, apresentadas pelos trabalhadores na rodada passada (21 de julho).

Entre as reivindicações dos representantes está a participação dos trabalhadores na implementação da NR-1 (Norma Regulamentadora nº1), com o mapeamento dos riscos psicossociais e acesso às informações de saúde na categoria, a partir de planos de ações desenvolvidos junto às Comissões de Organização dos Empregados (COEs) e à mesa única de negociação.

A Fenaban sinalizou disposição para debater, periodicamente, o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) nas COEs e na mesa única. “Consideramos um avanço e esperamos que estes debates resultem em medidas para prevenir o adoecimento”, avaliou Juvandia Moreira, que também é presidenta da Contraf-CUT.

No entanto, em seguida, os bancos atacaram diretamente a Cláusula 29, da CCT, que trata da complementação salarial para os afastados, com duração de até dois anos, com possibilidade de renovação.

No lugar, a Fenaban propôs a redução desse período para apenas 45 dias. E, após esse período, os médicos do trabalho do banco é que iriam decidir se o trabalhador continuaria ou não afastado.

Em resposta, o Comando Nacional registrou que não aceita retirada de direitos. Os bancos recuaram da proposta sobre a Cláusula 29, e disseram que vão apresentar outra contraproposta nas próximas rodadas.

O encontro foi encerrado com a defesa, por parte do Comando Nacional, da manutenção da mesa única de negociações, “dada a sua relevância histórica na construção e garantia de direitos na categoria”, destacou Juvandia Moreira.

A próxima mesa de negociação está agendada para ocorrer na terça, 4 de agosto, mantendo remuneração e Cláusulas Econômicas como tema.